DO SURGIMENTO DO ESTADO AOS DIREITOS HUMANOS ATUAIS: ANÁLISE DA PRÁTICA DO RACISMO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Jóicy Rodrigues Teixeira Hundertmark

PPGD/UNESC

Fernanda da Rocha Fabiano

UNESC

Resumo: Este artigo tem como tema principal a compreensão da prática do racismo no surgimento do Estado, na caracterização dos direitos humanos atuais, bem como na sociedade brasileira. Nesse sentido, a problemática do trabalho é de que forma a prática do racismo pode ser observada na evolução dos direitos humanos e na sociedade brasileira? O objetivo principal, por sua vez, é analisar como o racismo se dá no Brasil, com destaque ao processo de colonização, ao iluminismo e aos direitos humanos atuais que pregam uma suposta universalidade que não alcança todas as pessoas. Para alcançar o objetivo proposto, trabalhar-se-á com pesquisa de abordagem dedutiva, em procedimento monográfico, de tipo teórica e qualitativa e tendo como instrumento de coleta de dados a pesquisa do tipo bibliográfica. Pontua-se, desde já, que o surgimento do Estado, no período renascentista, aconteceu com as grandes descobertas e explorações, demonstrando uma fase de subalternização de alguns corpos, visivelmente racista. Passa-se aos direitos humanos de 1948, que trazem uma universalidade fictícia que não abrange a totalidade de pessoas e consagra Estados racistas. Findando-se com o Brasil, um país que propaga um racismo à brasileira, escondido, dizendo-se participar de uma democracia racial, que é inexistente, enquanto mata alguns corpos, por meio da necropolítica propagada nas mídias.

Palavras-chave: Colonização, Direitos humanos, Estado, Iluminismo, Racismo.

1 INTRODUÇÃO

Antes de mais nada é necessário pontuar que existe uma confusão entre lugar de fala e representatividade. Uma pessoa em condição de privilégio pode não representar aquela que é marginalizada, mas não pode se desresponsabilizar. A fala representada pelo seu lugar de falar rompe com a ideia de que apenas subalternizados/as podem falar (com a noção de que aqueles/as na hegemonia estão isentos de responsabilidade). Não esquecendo que as pessoas pertencentes aos grupos privilegiados, mesmo que conscientes e antirracistas, não deixam de se beneficiar pelas opressões de outros grupos (RIBEIRO, 2017).

Neste contexto, é importante destacar que nos reconhecemos enquanto, uma mulher negra que reconhece sua negritude e uma mulher branca que reconhece sua

branquitude e as condições de privilégio no que diz respeito a raça, e que apesar de estarem em locais distintos, partindo de suas perspectivas e reconhecendo seus lugares diversos de fala, são comprometidas com a luta antirracista e antissexista.

Isso porque, como pontua Yuderkys Espinosa Miñoso (2020, p. 8), um feminismo decolonial também “percorre, revisa e dialoga com o pensamento e as produções que vêm sendo desenvolvidas por [...] acadêmicas brancas comprometidas com subalternidade na América Latina e no mundo”.

Assim, destaca-se que esse artigo foi baseado na noção de que o Estado propaga uma perspectiva racista que molda as noções sociais até os dias de hoje. Podemos perceber isso com o surgimento do Estado que se deu no renascimento entre os séculos XIV-XVI, mesmo período de grandes descobertas e colonização de alguns corpos.

É visivelmente perceptível que a inferiorização dos povos indígenas e de populações africanas por parte dos europeus, para a escravização desses corpos, foi baseado no racismo¹, diante da ideia de um ser universal branco, masculino e europeu.

O mesmo acontece com a constituição dos direitos humanos de 1945. É possível observar que o seu processo de formação se deu com a presença majoritária masculina e branca, designando uma suposta universalidade que é destinada para certas pessoas e não consegue se efetivar para todo mundo.

Isso determina a realidade até os dias atuais e designa as relações sociais no Brasil, com a presença do racismo à brasileira, que inferioriza e mata populações negras todos os dias, mas diz que não o faz, diante de uma falsa democracia racial.

Por isso, viu-se a necessidade de exposição destes fatos, por meio desse artigo, que busca demonstrar a criação de um Estado racista que se mantém até hoje e organiza instituições e estruturas sociais que matam e inferiorizam determinadas pessoas, de acordo com o grupo racial ao qual pertencem.

Assim, parte-se da problemática: De que forma a prática do racismo pode ser observada na evolução dos direitos humanos e na sociedade brasileira? Para responder ao questionamento, parte-se do objetivo geral de analisar como o racismo se dá no Brasil, analisando o período iluminista e os direitos humanos atuais que pregam uma suposta universalidade que não alcança todas as pessoas.

Este dividido em três objetivos específicos: a) Compreender como se deu o período iluminista, com o surgimento da modernidade/colonialidade, dando origem à prática do racismo nos dias atuais; b) observar como os direitos humanos pregam uma suposta universalidade que não alcança todas as pessoas; c) destacar a prática do racismo na sociedade brasileira, por meio da necropolítica e da exclusão, principalmente, de mulheres negras em áreas da sociedade.

Para alcançar o objetivo proposto trabalhar-se-á com pesquisa de abordagem dedutiva, em procedimento monográfico, de tipo teórica e qualitativa e tendo como instrumento de coleta de dados a pesquisa do tipo bibliográfica, especialmente em artigos.

2 COMPREENSÃO DO SURGIMENTO DO ESTADO: A SUBALTERNIZAÇÃO DE ALGUMAS PESSOAS POR MEIO DA MODERNIDADE/COLONIALIDADE

Antes de adentrar nos processos de descobrimento que resultaram na colonização e subalternização de alguns corpos, importante entender que no medievo cada cidade possuía sua própria construção jurídica.

Mas isso acabou resultando em uma segurança precária e em um clima de guerra que era constante, visto como o “estado de natureza”, conforme leciona Hobbes. Neste período, junto aos feudos e aos principados, fortalecia-se a ideia de um pluralismo e reinava uma realidade complexa (VIEIRA, 2013).

Depois deste período de complexidades e pluralismos vem o renascimento, entre os séculos XIV-XVI, período em que se cria a noção de Estado e a própria ideia de modernidade, por meio de um absolutismo que busca a colonização de alguns corpos.

Separa-se o Estado da sociedade, considerando-o superior, fato que é indispensável para o projeto da modernidade. Veio com a necessidade de um centro de poder político e jurídico único, diante do crescimento do comércio europeu que representou mudanças econômicas no continente, tendo por base teóricos medievais (VIEIRA, 2013).

Aqui a sociedade é dividida em duas partes. De um lado a política que é apenas do Estado e de outra a privada que é da sociedade civil, contida em relações extrapolíticas, sem atenção do Estado. Neste momento, o direito torna-se marca do

Estado e deixa de ser acessível à sociedade, limitando-se a uma participação definida pelo próprio Estado (VIEIRA, 2013).

Com essa nova figura representada pelo Estado, institucionaliza-se o poder, não mais exercido pela sociedade, agora transferido para o Estado, único proprietário dele. Fortalecem-se os Estados absolutistas patrocinadores da colonização, portanto um poder que é do monarca absolutista (VIEIRA, 2013).

Período em que havia a expansão de comércio e empreendimento europeu em outras civilizações, como na África, na Ásia e na América (HOBBSAWM, 2012). Essa expansão econômica, somada à descoberta do novo mundo, abriu a possibilidade de unificar as pessoas de acordo com o homem, branco e europeu, mas reconhecendo também a multiplicidade por meio da inferiorização daquelas pessoas vistas como diferentes do ser universal e branco (ALMEIDA, 2018). Neste período, iniciou-se a crença de que os povos selvagens e suas manifestações culturais eram exóticas, supersticiosas e absurdas, naturalizando a violência contra esses corpos (GONZALES, 1988).

Cria-se, portanto, um homem universal, que possui uma razão e direitos também universais, tidos como civilizados. Civilização essa que é levada a outros lugares ao redor do mundo, para apresentar as grandes vantagens de ser livre e igual aos considerados primitivos (ALMEIDA, 2018).

Nesse sentido, estabeleceu-se um eurocentrismo que permitia a dominação imperial e a exploração daquele outro que era visto como inferior e atrasado, intitulado a si próprio como desenvolvido, civilizado e superior, característica do mito da modernidade (BERNARDINO-COSTA; GROSGOUEL, 2016).

Porém, esse processo civilizatório era marcado por mortes, aviltamentos e espoliações em nome desse colonialismo. Buscando trazer os colonizados para a modernidade, por meio de uma universalização que pode, tranquilamente, ser um exemplo de antiliberalismo (ALMEIDA, 2018).

A modernidade, assinalada através da colonialidade, aconteceu por meio de “extermínio, expropriação, dominação, exploração, morte prematura e condições que são piores que a morte, tais como a tortura e o estupro”, isso em nome de uma suposta ordem natural (MALDONADO-TORRES, 2020, p. 41).

Vale ressaltar, neste ponto, que os corpos femininos e masculinos eram vistos de formas diferentes, pois enquanto os corpos masculinos eram vistos como guerreiros, portanto, fortes e ameaçadores, corpos femininos eram sinônimo de reprodução, levando ao estupro de mulheres negras pelos colonizadores (MALDONADO-TORRES, 2020). Estupro esse que se deu, também, com a busca do branqueamento da sociedade, por meio de relações sexuais entre mulheres pretas e homens brancos (NASCIMENTO, 1978).

Assim, o processo de descobrimento das Américas envolveu uma distorção da humanidade, bem como um colapso de alteridade e de intersubjetividade, que fundou a modernidade/colonialidade (MALDONADO-TORRES, 2020). Portanto, há que se ressaltar que essa modernidade não surgiu dentro da Europa ou durante as revoluções iluministas. Na realidade, é resultado da colonialidade, criando a própria Europa, que sem ela nem sequer existiria (BERNARDINO-COSTA; GROSGOUEL, 2016).

Tudo isso demonstra que esse Estado, no primeiro momento, absolutista, consolida-se como um Estado racista, que subalterniza, exclui e mata alguns corpos que ele mesmo considera inferiores, em nome de suposta civilização que crê ser possuidor.

Saindo do período das trevas que marca o período medieval, adentra-se em uma suposta era da luz, trazida pelo iluminismo, que ilumina a realidade e traz mudanças (VIEIRA, 2013), representado pelas Revoluções Inglesa, Americana e Francesa.

Vê-se que essas revoluções características do período iluminista buscavam a instituição da liberdade, travando batalhas contra o poder tradicional da nobreza, demarcado pela nobreza e contra o absolutismo (ALMEIDA, 2018). Fato que demonstra a sua importância.

Aqui limita-se o Estado a um papel mínimo, baseado na separação dos poderes e no positivismo, resultando no Estado de Direito Liberal. Cabe ao Estado apenas garantir que o paradigma monista e representativo se reproduza, reconhecendo a existência de direitos naturais das pessoas, mas apenas para algumas pessoas, pois volta-se ao homem proprietário e cidadão-eleitor (VIEIRA, 2013).

Recorda-se que neste período foi impulsionada uma construção de saber voltado ao homem, o que acabou possibilitando a comparação das pessoas e, mais tarde, a classificação delas, como superiores ou inferiores, com base em características físicas, culturais e geográficas (ALMEIDA, 2018).

É interessante perceber sobre este fato que, enquanto a burguesia buscava a afirmação de seus direitos e por poder político, permaneciam na escravização da população negra, que se findou, nestes países revolucionários iluministas, apenas no século XIX.

E, no século XIX, as diferenças humanas passaram a ser científicas, assinalando o racismo científico que se utilizava de características físicas, biológicas e climáticas/ambientais para explicar a diversidade humana e diferenças intelectuais, morais e psicológicas entre as raças. Propagou-se o discurso de que os povos colonizados seriam sempre subdesenvolvidos e desorganizados politicamente (ALMEIDA, 2018).

Importante destacar, sobre este fato, que o povo negro haitiano buscou ir contra a tirania dos ideais franceses que não lhes reconhecia a igualdade, conquistando a independência em 1804. O que prova que o liberalismo-iluminista não deseja a igualdade de todas as pessoas e nem queriam que todos fossem vistos como seres humanos. Os franceses, muito preocupados com a própria revolução, temiam a revolução haitiana, resultando em empecilhos ao país que sofre com os resultados de sua independência até os dias de hoje (ALMEIDA, 2018).

Isso demonstra que o Estado liberal e iluminista que reconhecia os direitos naturais das pessoas, continuava em sua percepção inicial racista, diferenciando, excluindo e subalternizando os corpos das populações negras, por meio de um discurso universalista falso.

Vale lembrar, por fim, que apesar de hoje inscritos em um pós-colonialismo, não se pode esquecer que o “pós” não significa que não existem mais efeitos resultantes da dominação colonial, mesmo que ela esteja suspensa em si própria. Assim, permanecem os conflitos de poder (BERNARDINO-COSTA; GROSGOUEL, 2016).

3 DIREITOS HUMANOS A PARTIR DA ÓTICA DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DE 1948: UMA SUPOSTA UNIVERSALIDADE QUE NÃO SE DESTINA PARA TODAS AS PESSOAS

O que muda deste período anteriormente descrito para os direitos humanos contemporâneos é o holocausto nazista. Mas não se pode deixar de ter em mente que ideais e práticas nazistas foram legitimados pelas vítimas dele quando não acontecia contra pessoas brancas e contra o povo europeu. Um hitlerismo que foi levado a outras nações consideradas não civilizadas pelo homem branco, europeu e cristão. Portanto, a subalternização que havia acontecido anteriormente contra as pessoas negras africanas, os árabes argelinos e os *coolies* indianos, passa a caracterizar determinadas pessoas brancas (CÉSAIRE, 1978). O que demonstra que não é a prática em si a ser criminalizada, mas porque acontece agora contra pessoas brancas.

Mas é evidente que a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 é um marco importante para o processo de humanização sim. Contudo, seus fundamentos culturais são ocidentais e esse fato não pode ser ignorado, ideia que não retira a sua importância, apenas a coloca em um contexto concreto, demonstrando a dificuldade de sua implementação. Por isso, os direitos humanos não podem ser analisados fora dos contextos ocidentais. Surgindo no contexto particular ocidental, mas se expandindo como o mínimo necessário para a luta por uma vida com dignidade. Contudo, isso não pode acontecer por meio de imposições ou colonialismos (FLORES, 2009).

Essa contextualização é necessária e indispensável, pois o contexto ocidental manteve o projeto europeu moderno de matriz colonial e escravagista, em que se utilizava dos direitos humanos para criar a percepção de que precisavam salvar aqueles que nomeavam de primitivos e selvagens. Violando direitos de igualdade, felicidade, dignidade, liberdade e segurança em nome da civilização (PIRES, 2017).

A sua universalidade é justificada por premissas empíricas, em que as pessoas possuem todos os direitos internacionalmente reconhecidos simplesmente por nascerem. Isso resulta em uma complexidade, pois se analisam direitos como fatos preexistentes que são dados de uma vez por todas, possuindo independente as circunstâncias particulares de cada indivíduo (FLORES, 2009).

Esse reconhecimento é sim muito importante e positivo, pois diferente do que se via anteriormente no período renascentista e, principalmente, nas revoluções iluministas que buscavam pela igualdade e pela liberdade, destina-se para todas as pessoas verdadeiramente. Garante-se, ainda, meios necessários para que as pessoas tenham seus direitos afirmados.

Porém, a concepção hegemônica dos direitos humanos, entende que estes direitos são universais, a-históricos e naturais, diante da filosofia iluminista dos direitos naturais. Nesse sentido, respondem a qualquer luta por dignidade, de qualquer pessoa e a qualquer tempo. Universalidade que passa a representar uma seletividade com disputadas localizadas, diante da parcialidade nos conflitos (PIRES, 2017).

Cria-se uma proteção de direitos humanos adequada e suficiente para uma experiência humana única, por meio de um padrão que não atinge as múltiplas existências e formas de ser e estar no mundo. Volta-se a uma unidade que se baseia, novamente, no homem branco, europeu, heteronormativo, cristão, que não possui deficiência e detém meios de produção. Hierarquizando saberes e cosmovisões, invisibilizando aquelas não inclusas na universalidade, para que a dominação colonial não seja colocada em risco (PIRES, 2017).

Por isso, muito diferente dessa previsão, está a realidade, em que diversas pessoas não estão abarcadas nessa suposta universalidade que continua destinada a determinadas pessoas. Direitos são violados diariamente, com práticas degradantes e cruéis. E, se fosse o caso de eles se destinarem a todas as pessoas, não haveria quem não conseguisse sua garantia de forma efetiva (FLORES, 2009), o que não condiz com a realidade.

A Declaração prevê que todos são livres e iguais em dignidade e direitos, porém, analisando-se o seu processo de elaboração, vê-se a presença majoritária de homens brancos. Dentre os participantes haviam quatro mulheres, o que representa um marco importante, mas também todas mulheres brancas. Portanto, esses sujeitos que, em sua maioria, eram homens e brancos, trouxeram um sujeito universal que não representa todas as pessoas de modo efetivo.

Ressalta-se, nesse sentido, que uma norma pode prever que todas as pessoas possuem direitos, enquanto os seus resultados concretos são diferentes para cada um dependendo da realidade em que vive e os fatos concretos do seu contexto

cultural, bem como das características que marcam o seu corpo. Isso acontece porque se tem uma linguagem que é normativa e não descritiva, nunca afirmando o que é, mas apenas um “dever ser” (FLORES, 2009).

Além disso, outra característica importante é a sua capacidade de gerar lutas contra as explorações e as injustiças sociais pelas quais passam grande parte das populações. Lutas que permitem a universalização da prática social, garantindo e criando instrumentos para evolução dos bens materiais e imateriais necessários para uma vida com dignidade (FLORES, 2009, p. 36).

Destaca-se, portanto, que a noção dos direitos humanos deve começar através da percepção dos bens que são necessários para se viver uma vida com dignidade. Uma dignidade que só é alcançada quando o acesso é igual e geral a esses bens. Os direitos vêm depois disso, como resultado das lutas que buscam o acesso a esses bens necessários (FLORES, 2009, 28-29).

Esse acesso, exigível por meio de lutas, dá-se em um processo em que algumas pessoas os alcançam com mais facilidade, até mesmo com casos de impossibilidade de obtenção de alguns direitos, diante dos processos de divisão social que marcam cada sociedade. Portanto, são processos injustos que merecem lutas em busca da igualdade, em que todos e todas tenham acesso aos bens de forma igualitária e não hierarquizada (FLORES, 2009).

Vê-se, pelo exposto, que a denúncia realizada no primeiro tópico se mantém aqui. Logicamente, temos um Declaração que se pretende muito mais universal do que as anteriores, em um período de lutas em busca da dignidade essencial. Porém, apesar das determinações universalistas, não se consegue atingir todas as pessoas. Há, ainda, populações inteiras sofrendo com a prática do racismo, nesses Estados que se dizem muito libertadores e igualitários, mas permanecem na diferenciação e na exclusão de determinados corpos.

4 RACISMO NA SOCIEDADE BRASILEIRA: DESTAQUE DA PRÁTICA DA NECROPOLÍTICA E DA EXCLUSÃO DE ALGUMAS PESSOAS, MORMENTE, DE MULHERES NEGRAS

O racismo no Brasil, ou o racismo à brasileira, acontece contra àqueles que são a prova viva dele, dizendo que não o faz, com a ideia de uma suposta democracia

racial. Esse racismo por denegação, ou disfarçado, acontece nas sociedades latinas em que há a prevalência de teorias de assimilação, miscigenação e democracia racial. Nesse sentido, o racismo caracteriza a neurose da cultura brasileira, tendo em vista que o neurótico é aquele que oculta seus sentimentos em benefício próprio. A ideia de que “todos são iguais” é apenas formal, mantendo pessoas negras e indígenas nas classes mais exploradas (GONZALES, 1984; 1988).

Vale destacar que é “o dinamismo de instituições impessoais que reproduzem uma hierarquia implícita do valor diferencial dos seres humanos que permite compreender a naturalização secular de uma desigualdade abissal” (SOUZA, 2006, p. 50).

Essa ideia condiz muito com a concepção do racismo institucional apresentado por Silvio Almeida (2018), em que o poder é um elemento central. Quem detém esse poder impõe seus próprios interesses nas instituições sociais e busca pela sua permanência em posições de poder, causando desvantagens para algumas pessoas e privilégios para outras, dependendo do seu grupo racial.

Assim, observa-se que a ideologia do branqueamento veiculada nas mídias, classifica os valores ocidentais, brancos e europeus como universais e únicos, em contrapartida o continente africano como sem história própria, criando o mito da superioridade branca que faz com que cresça o desejo de embranquecer e negar sua própria raça e sua própria cultura (GONZALES, 1988).

Ressalta-se que essa possibilidade de “embranquecer” pessoas negras indica que o racismo possui alguns níveis, pois algumas pessoas negras podem sim receber o reconhecimento social, nessa perspectiva de que nem se parecem com pessoas negras, e outras que não recebem este mesmo reconhecimento (SOUZA, 2006).

Essa ideologia do branqueamento, por meio da valorização do ocidental, europeu e branco, demonstra que ainda vivemos a perspectiva de um Estado racista que advém desde o seu surgimento no renascimento. Permanece-se, além disso, na cultivação de um ser único e perfeito baseado no homem branco europeu, por meio de uma ciência e um conhecimento que a Europa entende como corretos. Definindo até os dias de hoje a África como continente único e sem história.

Ainda sobre o racismo no Brasil é importante destacar o senso comum de que ele é natural, pois pessoas negras têm que viver na miséria diante de sua

incapacidade e irresponsabilidade. Também se tem a ideia de que no Brasil não existe racismo, pregando a ideia de uma meritocracia, porque quando a pessoa negra se esforça, ela consegue subir na vida, mas quando isso acontece, essas pessoas “não parecem que são negras” (GONZALES, 1984).

É importante pontuar, para além disso, que o estupro das mulheres negras por parte dos colonizadores aconteceu diante da busca da solução do problema que a “mancha negra” representava para o país (NASCIMENTO, 1978). Nesse sentido, analisando friamente a linha genética presente em cada brasileiro e brasileira, de alguma forma, descende-se da linha africana, tornando o Brasil um país que é negro (NASCIMENTO, 1978), o que demonstra que a categoria da amefricanidade está presente no país (GONZALES, 1988).

Outro fato interessante sobre isso é o português falado no Brasil, que é muito diferente de Portugal, marca da influência africana que existe na formação histórica e cultural do país. Fatos que são encobertos pela ideologia do branqueamento que visa minimizar a importância que a contribuição negra tem para o país (GONZALES, 1988).

Sobre esse ponto, é relevante ressaltar um relato de Lelia Gonzales (1984) no que diz respeito à iniciação sexual de homens brancos, pois no dia do casamento com a branca inocente (claro), para que não falhassem na noite de núpcias, bastava cheirar uma roupa usada da crioula. Um remédio que ficou muito conhecido como “catinga de crioula”.

Por este motivo, mulheres brancas e homens negros possuem papéis de oprimido e opressor, pois homens negros são vítimas de racismo e mulheres brancas de sexismo, liderando seus respectivos movimentos pela libertação, que é a busca pela igualdade com homens brancos. Já as mulheres negras são o outro da relação sempre. Portanto, nessa condição especial, as mulheres negras podem criticar a hegemonia racista, sexista e classista, criando e idealizando uma hegemonia opositora (hooks², 2019).

Diante do exposto, é importante voltar os nossos olhos para mulheres negras que estão sempre em desvantagens sociais. Enquanto negras sofrem com as práticas do racismo, mas também sofrem com as práticas do sexismo enquanto mulheres. Com outras diversas intersecções que assinalam seus corpos.

Quando voltamos nossos olhos para as mulheres negras é importante ressaltar que são elas que constituem o trabalho que é mal pago, em horários noturnas e de risco para a saúde. Naqueles momentos em que os lugares estão todos vazios, elas ocupam a tarefa de limpar o mundo. Um trabalho que é indispensável, mas também invisível (VÊRGES, 2020, p. 24).

Por outro lado, é importante destacar também a prática da necropolítica, que é a subjugação da vida ao poder da morte, baseando-se em uma noção que é ficcional de um suposto inimigo, criado e recriado pelas mídias, por meio de um direito de guerra, em que as pessoas se veem em uma ameaça constante (MBEMBE, 2016).

Nesse sentido, explica que armas de fogo são usadas para a criação de mundos de morte, com populações inteiras consideradas mortas-vivas, sendo necessária a necropolítica nessa realidade em que a morte está na frente da vida e é justificada por riscos da economia e da segurança (MBEMBE, 2016).

Essa guerra, portanto, não acontece mais entre Estados soberanos, mas se mira na população civil, com construções que trazem à tona memórias dolorosas de humilhação, interrogatórios e espancamentos, crianças que são cegadas por balas e com pais humilhados ou espancados na frente de suas famílias (MBEMBE, 2016).

Essa subjugação ao poder da morte é vivenciada por algumas pessoas, vemos isso claramente no caso das populações negras. Isso acontece porque o racismo permite que violências extremas sejam aceitas pela sociedade, com populações inteiras sofrendo sem acesso digno a saúde e com a extinção de milhares de jovens negros por ano. Realidade de muitas outras famílias brasileiras que perdem seus filhos de forma inexplicável.

O que se comprova com a concentração de violências letais, pois jovens negros são as maiores vítimas do país e taxas de mortes das pessoas negras que demonstram um crescimento forte. Em 2018, 75,7% das vítimas de homicídio eram negros. Além disso, para cada não negro morto em 2018, 2,7 negros morreram (IPEA, 2020, p. 47).

Neste mesmo sentido, 68% das mulheres assassinadas no país eram negras. Olhando a década de 2008 e 2018, enquanto a taxa de mulheres não negras caiu 11,7%, a de mulheres negras aumentou 12,4%. E, para os negros, entre 2008 e 2018,

o aumento foi de 11,5%, comparados a diminuição de 12,9% para os não negros (IPEA, 2020).

E ainda, observando a classificação da população negra que representa mais de 55% da população brasileira em 2020 (IBGE, 2020b) e mais de 54% da força de trabalho do mesmo ano (IBGE, 2020a), mas recebe pouco mais da metade do salário das pessoas brancas (IBGE, 2020c). Em que trabalhos estão essas pessoas?

Assim, vê-se que há hoje uma economia baseada no desgaste de alguns corpos, corpos esses racializados. Pessoas que são vistas pelo Estado como “aptas a serem usadas, a serem vítimas de doenças, debilidades e deficiências”. E, em contrapartida, há aqueles com direitos ao descanso e à boa saúde. Portanto, “a segregação do mundo se dá em uma divisão entre limpeza e a sujeira baseada numa divisão racial do espaço urbano e da moradia” (VERGÈS, 2020, p. 125-126).

Isso demonstra que o Estado tem se perpetuado, desde os períodos renascentista e iluminista, e se consolidado como racista, mesmo na transição dos direitos humanos atuais. Mantém-se o racismo que molda as instituições e estruturas do Estado. Um Estado que perpetua o racismo, o omite e é necropolítico.

5 CONCLUSÃO

Por todo o exposto foi possível observar que o racismo é uma questão complexa, com múltiplas facetas, então, mais importante do que achar um culpado, é necessário compreender a manutenção das estruturas, e como um corpo branco pode contribuir para o processo social de desracialização.

Pôde-se perceber que desde a formação dos Estados, a prática do racismo molda as instituições e estruturas sociais, marcando práticas de racismo institucional e estrutural que não podem ser negados pela sociedade.

Essa ideia marcou o nascimento da modernidade com a subalternização das populações negras e indígenas, por meio de falsas ideias criadas pelo colonizador que explicavam a inferiorização dessas pessoas. Por isso se criou um ser universal que era branco, masculino e pertencente ao que eles mesmos consideravam formas de conhecimento.

Essa ideia se propagou também com a formulação dos direitos humanos em 1948, moldando-se a partir da sensibilização pelos judeus, que eram pessoas

brancas. Existiu a escravização, a inferiorização e a exterminação de indígenas e negros antes, durante o processo de colonização, que não causou tamanha revolta e mobilização.

Não se pode esquecer que os direitos humanos são muito importantes, enquanto mínimo necessário para se ter uma vida com dignidade, o que é essencial para todas as pessoas hoje. Mas também não se pode esquecer que a universalidade dos direitos humanos está dentro de moldes ocidentais baseados no ser universal que permanece sendo masculino, branco e europeu.

Uma ideia muito nítida de Estado racista é o próprio Brasil, um país propagador da necropolítica que mata milhares de negros e negras por ano, motivando-se por riscos de segurança que o país poderia vir passar diante desses inimigos que são criação das mídias.

Característica especial que está presente nos corpos de mulheres negras que precisam trabalhar mais ainda para sustentar a família enquanto os maridos e filhos estão sendo mortos e encarcerados, em trabalhos sem dignidade e de baixo salário.

Por isso, não se pode esquecer que o combate ao racismo e a luta antirracista não acontecem de forma solitária, todos nós precisamos nos sensibilizar e ir em busca de uma situação igualitária para todos. Um processo que é longo, porque o Brasil nem mesmo se vê enquanto racista, diante do mito da democracia racial, que ronda o Brasil desde 1930 e parte do princípio de que aqui não há discriminação de nenhum ser humano em detrimento da sua cor.

Então, pensar em democracia e em igualdade de gênero no Estado brasileiro não é possível sem alterar a questão racial que estruturou desde a formação do Estado e da modernidade e permanece estruturando nossa forma de lidar com o outro.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, jan./abr. 2016, p. 15-24.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978.

FLORES, Joaquín Herrera. **A reinvenção dos direitos humanos**; tradução de Carlos Roberto Diogo Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberger; Jefferson Aparecido Dias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

GONZALES, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Rev. TB**, Rio de Janeiro, n. 92-93, jan./jun. 1988, p. 69-89.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, São Paulo, 1984, p. 223-244.

HOBBSAWM, Eric J.. **A era das revoluções**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

hooks, bell. **Teoria feminista**: da margem ao centro; tradução de Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.

IBGE. **Tabela 6402 – Pessoas de 14 anos ou mais de idade, na força de trabalho, na semana de referência (Mil pessoas)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6402#resultado>. Acesso em: 6 mar. 2020.

IBGE. **Tabela 6403 – População (Mil pessoas)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6403#resultado>. Acesso em: 6 mar. 2020.

IBGE. **Tabela 6404 – Rendimento médio nominal do trabalho principal, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho (Reais)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020c. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6404#resultado>. Acesso em: 6 mar. 2020.

IPEA. **Atlas da violência 2020**. Brasília: IPEA, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em: 6 mar. 2020.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, dez. 2016, p. 122-151.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Direitos humanos traduzidos em pretuguês. In: **13º Mundos de mulheres e 11 Fazendo Gênero**: transformações, conexões, deslocamentos, Florianópolis, 2017.

SANTANA, Andreia. bell hooks: uma grande mulher em letras minúsculas. **Mar de histórias**, mar. 2009. Disponível em:

<https://mardehistorias.wordpress.com/2009/03/07/bell-hooks-uma-grande-mulher-em-letras-minusculas/>. Acesso em: 20 fev. 2021.

SOUZA, Jessé. A visibilidade da raça e a invisibilidade da classe. *In*: SOUZA, Jessé (Org.). **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**; tradução de Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

VIEIRA, Reginaldo de Souza. **A cidadania na república participativa**: pressupostos para a articulação de um novo paradigma jurídico e político para os conselhos de saúde. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 540. 2013.

7 NOTAS

¹ Nas palavras de Silvio Almeida (2018, p. 25-27), o racismo se manifesta por práticas que causam desvantagens ou privilégios pra algumas pessoas, dependendo do seu grupo racial. O racismo não é só um ato ou um conjunto de atos, ele é um processo, no qual condições de subalternidade ou de privilégio são distribuídas entre os grupos raciais, mas também reproduzidas nas escolas, nas instituições e mesmo na política.

² O nome/sobrenome da autora é escrito de forma minúscula, pois é um pseudônimo de Gloria Jean Watkins que adotou os sobrenomes da mãe e da avó como forma de homenagem, descrevendo que o mais importante em seus livros são as suas ideias e não quem é (SANTANA, 2009).